

ANEXO 5.9 - RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM AS OFICINAS DE PLANEJAMENTO, REUNIÕES COMUNITÁRIAS, QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS DESENVOLVIDAS JUNTO A COMUNIDADE NA ZONA DE AMORTECIMENTO E PNSB

Neste Anexo estão resumidas as considerações feitas pelas comunidades sobre o PNSB e Zona de Amortecimento, obtidas a partir de quatro diferentes estratégias de participação:

- elaboração de três oficinas de planejamento, com reuniões agendadas e intermediadas pelo IBAMA em São José do Barreiro, Cunha e Paraty;
- promoção de reuniões comunitárias e entrevistas semi-estruturadas aplicadas em comunidades rurais diretamente envolvidas com o Parque. Destacam-se as comunidades de São Roque (Paraty), Penha (Paraty), Trindade (Paraty), Olaria (Barreirinha, São José do Barreiro), Tomé Antônio (São José do Barreiro) e Mambucaba (Angra dos Reis), onde foi empregado o método DRPA (Diagnóstico Rápido Participativo em Agroecossistemas);
- entrevistas baseada num roteiro do tipo “focused interview”, comumente utilizadas em Diagnósticos Participativos, junto às lideranças das instituições formais e informais, como representantes do IBAMA regional, funcionários do Parque, Secretários das Prefeituras locais, destacando-se os Secretários da Agricultura, Turismo e Planejamento, Casas da Agricultura dos municípios circunvizinhos ao Parque, EMATER, Polícia Florestal local, dirigentes de Associações, ONG's, Sindicatos, representantes das Unidades de Conservação vizinhas ou juntas ao Parque, Agências de Ecoturismo e guias locais, lideranças de comunidades em Trindade, Penha, Campinho e Quilombo, e lideranças de produtores rurais em Paraty, São José do Barreiro, Sertão da Onça (São José do Barreiro), Bananal, Serra de Cunha - Paraty, Arapeí, Areias, Cunha e Silveiras;
- aplicação de questionários *in loco* pela amostragem intencional, ou seja, seleção de indivíduos que representam as comunidades.

Através dessas estratégias muitas informações foram acumuladas, obtendo-se, por exemplo, dados sobre a composição familiar dos moradores do PNSB ou próximos a ele, as condições de habitação e saúde das famílias, os sistemas produtivos, a interação entre as comunidades do interior e entorno do Parque, os conflitos locais, a percepção sobre impactos ambientais ou a indicação de parâmetros de monitoramento. No entanto, a questão central tratada nessas reuniões sempre foi a de registrar preocupação das comunidades com os recursos naturais, os conflitos entre o Parque e as atividades humanas, as soluções esperadas, bem como as expectativas ao Plano de Manejo.

O objetivo de aplicar este conjunto de estratégias foi o de reconhecer as diversas interpretações ocorrentes na região sobre as questões mais conflitantes entre o Parque e os diversos atores sociais envolvidos (moradores, líderes comunitários, etc.), contribuindo para soluções efetivas.

A seguir, encontram-se resumos e trechos de depoimentos verificados em cada etapa deste Plano de Manejo. A íntegra dos diálogos está registrada em fitas e os questionários aplicados, em textos, todos sob a tutela do DIREC/IBAMA, em Brasília.

A. 5.9.1 OFICINAS DE PLANEJAMENTO - REUNIÕES AGENDADAS E INTERMEDIADAS PELO IBAMA EM SÃO JOSÉ DO BARREIRO, CUNHA E PARATY.

Estas Reuniões Públicas tiveram como objetivo anunciar a elaboração do Plano de Manejo, captar as impressões e proposições básicas da comunidade regional em relação à unidade de conservação, e divulgar material informativo sobre o Parque Nacional e a parceria entre o MMA/IBAMA e Pró Bocaina para elaboração do Plano.

O material apresentado e distribuído foi: cartaz sobre o Parque Nacional, folheto sobre o Parque e o Plano de Manejo (em duas versões, sendo uma mais simplificada), camiseta com a logomarca do Parque, adesivos e exposição fotográfica sobre a Serra da Bocaina.

Esta exposição, além de presente nos dias e locais das reuniões, ficou montada na Igreja Santa Rita em Paraty (2 meses), Casa do Artesão em Cunha (20 dias) e Casa da Cultura em Bananal (1 mês), tendo sido visitada por mais de 5.000 pessoas até a conclusão deste relatório.

O número de participantes das reuniões que assinaram as fichas de presença totalizou 114, sendo que em Paraty e Cunha muitas pessoas circularam pela exposição fotográfica sem no entanto participar das discussões nem registrar presença (cerca de 160 além do total mencionado).

➤ Reunião Pública em São José do Barreiro

Data: 01/03/1.997

Local: Hotel Porto da Bocaina

● Setores presentes e representantes escolhidos entre os presentes para apresentação dos resultados de cada grupo

Público municipal: Prof. José Jorge Boueri – Secretaria de Planejamento de Putim

Público estadual e federal: Prof. Mauro Portela Pina Rodrigues, da Universidade Rural do Rio de Janeiro

Agricultura e pecuária: Engenheiro Florestal Augusto César Pimentel Coelho – autônomo

Turismo e comércio : Arnaldo Borges - Hotel Porto da Bocaina

● Aspectos positivos gerais levantados

- Valorização da preservação dos ecossistemas e biodiversidade local.
- Reconhecimento do Parque como área de mananciais que abastece o eixo Rio/SP.
- Parque considerado como alternativa de solução sócio-econômico e de divulgação da região; principalmente em relação ao turismo.
- O Parque propicia a abertura de parceria com diferentes setores da sociedade.

- Reconhecido por sua rara e intocada beleza.
- **Aspectos negativos gerais levantados**
 - Ausência de uma estratégia para resolver os problemas fundiários do Parque.
 - Deficiência de pessoal, recursos e infra-estrutura.
 - Precariedade dos acessos ao Parque.
 - Extinção dos campos experimentais e ausência de uma política agrícola para os moradores remanescentes.
 - Ausência de uma política de educação ambiental tanto para os moradores do Parque como para os visitantes e região de entorno.
 - Inexistência de um plano de uso e ocupação do solo.
 - Cultura extrativista.
 - Ausência de retorno financeiro para os municípios que tem grande parte de suas áreas dentro do Parque.
 - Desconhecimento do potencial científico dos recursos naturais ainda existentes.
- **Propostas e Sugestões**
 - Estruturação de uma política de educação ambiental nos municípios e no PNSB através da implantação de núcleos em subsedes como Trindade, Mambucaba e na divisa Paraty-Cunha, visando a estruturação de programas de educação ambiental para a população local, turistas e funcionários do Parque; programas e estratégias de fiscalização e programas de treinamento para guarda-Parques.
 - Obtenção e melhoramento na alocação de recursos humanos e equipamentos de apoio como rádio, carros, etc.
 - Organização de um programa de extensão rural no município que vise alternativas de renda familiar aos moradores do Parque.
 - Programas de marketing a nível municipal visando a divulgação do PNSB.
 - Incrementação e regulamentação do turismo ecológico.
 - Zoneamento do uso e ocupação do solo compatível com cada município e a sua política regional.
 - Implantação da estrada Parque Paraty/Cunha conforme recomendações do Plano de Manejo.
 - Melhoria dos acessos e fiscalização do PNSB e conservação dos mesmos;
 - Estabelecimento de convênios com universidades e outros órgãos de pesquisa.

- Desenvolvimento de pesquisas nas áreas do Parque, visando o desenvolvimento de tecnologias adaptadas à região, a identificação quantitativa e qualitativa dos recursos naturais e difusão destas tecnologias para a área do Parque e entorno.
- Criação de instrumentos para os Parques originarem receita própria.
- Aproveitamento dos profissionais e cultura geral do povo da região.

➤ **Reunião Pública em Paraty**

Data: 02/03/1.997

Local: Igreja Santa Rita

● **Setores presentes e representantes escolhidos entre os presentes para apresentação dos resultados de cada grupo**

Moradores: Guadalupe (Trindade)

Turismo e Comércio: Antonio Conti - Associação Comercial

ONG's, Associações: Themis C. da Silva - CELAVI

Setor Público Estadual e Federal: Cláudio Maretti - SMA/SP

Setor Público Municipal: Ney Pinto França - APA Caiuru (representante do IBAMA - local)

● **Aspectos positivos gerais levantados**

- Reconhecimento do PNSB como uma área de preservação da biodiversidade, dos mananciais e como uma amostra importante da Mata Atlântica.
- Preservação ambiental como um fator decisivo para evitar-se problemas como: enchentes e deslizamentos.
- Conseguiu-se preservação do PNSB com a proibição da caça e queimadas.
- Preservação do homem como elemento necessário através da valorização da cultura caiçara.
- Possibilidade de aproveitamento do patrimônio genético e da captação de verbas para projetos ambientais.
- Melhoria na qualidade de vida.
- Proximidade de outras UC's no entorno, formando um sistema integrado de unidades.
- Início do plano de manejo participativo.
- Possibilidade de implantação efetiva da estrada Paraty - Cunha, que trará o direito de "ir e vir", desenvolvimento social, econômico, financeiro e ainda será uma rota de fuga em caso de acidente nuclear.

- Viabilização de formação de uma consciência ambiental através da educação ambiental.
- A manutenção da paisagem possibilita o desenvolvimento do potencial de ecoturismo.
- Captação de recursos ICMS.

- **Aspectos negativos gerais levantados**

- Questão fundiária a ser resolvida: os limites do Parque são imprecisos e muitas famílias ainda não foram indenizadas.
- Falta de esclarecimento à população da legislação e situação atual do Parque traz problemas a população quanto ao uso e ocupação do solo.
- Muitas das leis vigentes não traduzem a realidade da comunidade.
- Comunidades locais não tem acesso às verbas repassadas para região.
- Lado de Paraty : sempre o mais esquecido.
- Parque só existe no papel.
- Falta de integração dos órgãos ambientais entre RJ, SP e União (IBAMA).
- O turismo desordenado e a falta de infra-estrutura ocasiona o excesso de visitação em determinadas épocas trazendo problemas em relação ao lixo e superpopulação.
- Inexistência de destinação final do lixo e tratamento de esgoto.
- Deficiência de fiscalização.
- Paraty/Cunha no atual estado de conservação (muito precário).
- Dificuldades no dia a dia das crianças na escola.

- **Proposta e Possibilidades**

- Regularização fundiária a partir da redefinição dos limites do Parque e indenização das famílias que queiram sair.
- Transferência da sede do Parque para Paraty.
- Discussão com as comunidades diretamente envolvidas (dentro e no limite do Parque).
- Criação de conselho para a implantação do Parque com a participação dos municípios.
- Pavimentação da estrada Paraty-Cunha e manutenção das estradas existentes.
- Destinação de recursos para “desenvolver” um modelo de desenvolvimento e auto-gestão sustentável junto a população residente.

- Preservar o patrimônio histórico-cultural existente dentro do Parque, garantindo sua exploração turística (ex.: Caminho do Ouro).
- Desenvolvimento e estruturação do ecoturismo.
- Maior divulgação da importância da conservação ambiental aos turistas.
- Escola de educação ambiental vivenciada.
- Criação de núcleos educacionais e científicos.
- Desenvolvimento de educação ambiental para comunidades do interior e entorno do Parque.
- Utilização dos moradores no cuidado e valorização das áreas preservadas.
- Manutenção e preservação da cultura local.
- Incentivo a agrossilvicultura.
- Observação no cumprimento do Plano Diretor.
- Fiscalização ostensiva através de guaritas, placas educativas e informativas.
- Criação da Lei do ICMS ecológico estadual - maior participação dos municípios com UC's.
- "Convênio" entre SP, RJ e a União (IBAMA) para atuação conjunta (vigilância).
- Contribuição do setor/trade turístico para manutenção da UC.
- Movimento conjunto (AGENDA) para melhor desenvolver ecoturismo no litoral norte de SP e Sul Fluminense do RJ.
- Integrar mais ações DAS/NAS UC's do "sistema" Sul Fluminense e Norte Paulista, aumentando também proteção do entorno do Parque.

➤ **Reunião Pública em Cunha**

Data: 03/03/1.997

Local: Salão Paroquial da Igreja Matriz

● **Setores presentes e representantes escolhidos entre os presentes para apresentação dos resultados de cada grupo**

Setor Público: Roberto Starzynski - Diretor do Núcleo Cunha do PE da Serra do Mar - SMA/SP

Turismo e Comércio: João Mendes - Auto Posto São Paulo; Gilberto Jardineiro – Atelier de cerâmica Suynaga e Jardineiro

Produção Rural : Ricardo Bandeira de Mello Laterza - Trutas Arco-Íris

● **Aspectos positivos gerais levantados**

- Potencial turístico.

- Potencial ecológico.
- Beleza natural.
- Manutenção dos recursos naturais.
- Patrimônio ambiental.
- Valor científico e histórico.
- Viveiros de plantas ornamentais - banco genético - biodiversidade, com a intenção de aferir recursos.
- Potencialidade da educação ambiental.
- Garantia de qualidade da água.
- Manejo sustentado florestal.
- Possibilidades de turismo/pesca comercial.
- Geração de recursos.

● **Aspectos negativos gerais levantados**

- Exploração indiscriminada.
- Indisciplina ambiental.
- O pequeno efetivo de fiscalização ocasionando problemas como o comércio ilegal do palmito.
- Insuficiência de recursos para gestão do Parque.
- Ineficiência na preservação.
- Deficiência na administração das parcerias.
- Difícil acesso.
- Dificuldade da conservação da estrada Paraty-Cunha.
- Defasagem cultural das comunidades locais com relação aos manejos modernos.
- Restrições a diversas atividades tradicionais exercidas na região sem apresentação de alternativas para os moradores.
- Falta de orientação para a população nativa visando o seu desenvolvimento pessoal.
- Falta de política agrícola.
- Forma de criação do Parque.
- Processo de desapropriação indireta.

- Ausência de normatização.
- Deficiência de informação.
- Inexistência do Parque para Cunha.

- **Propostas e Sugestões**

- Programa de educação ambiental que respeite as diferenças culturais e que tenha programas de conscientização das população nativa e de turistas.
- Nova política ambiental envolvendo o setor público e privado.
- Execução de convênios.
- Viabilização de pequenas indústrias que explorem os recursos locais.
- Abertura do Parque via licitações e parcerias para explorações que respeitem as normas definidas.
- Cursos profissionalizantes, como: turismo, agronomia, zootecnia, sivicultura, etc.
- Extensão rural que integre os moradores das áreas de preservação com alternativas de sobrevivência.
- Integração da população nativa para seu desenvolvimento com técnicas agrícolas científicas, ajuda de custos, financiamentos, etc.
- Processo de conscientização da importância do meio ambiente desde a pré-escola.
- Instituição do COMDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente).
- Incrementar pesquisas que objetivassem o manejo sustentado dos recursos naturais.
- O poder executivo deve propiciar livre acesso às informações e democratizar as decisões através do amplo debate com a comunidade.
- Acesso permanente à Cunha-Paraty (estrada/Parque) com restrições (guaritas, controle tráfego, etc.).
- Melhoria dos acessos existentes com fiscalização permanente.
- Participação na captação de verba para o Parque visando a implantação do turismo ecológico (recursos estaduais/federais).
- Participação da população cunhense na distribuição das rendas (verbas) para implantação.
- Desenvolvimento do turismo ecológico.
- Convênios técnicos-científicos para informação e participação do processo turístico no contexto geral.

A.5.9.2 REUNIÕES COMUNITÁRIAS E ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS APLICADAS EM COMUNIDADES RURAIS DIRETAMENTE ENVOLVIDAS COM O PARQUE

Com a dificuldade em se discernir fisicamente os limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina, foram consideradas além da zona de transição, as comunidades localizadas no interior do Parque.

As entrevistas realizadas com os funcionários do Parque, moradores da cidade de São José do Barreiro, os relatórios e autos de infração consultados, apontam para um histórico bastante complicado entre o Parque Nacional da Serra da Bocaina e a população residente em seu interior e entorno.

De acordo com Rondon (1.985) “a partir de 1.971, a drástica mudança nas linhas de ação dos planos governamentais para a região, passando da colonização para a preservação sem a devida preocupação em conscientizar a população, veio a prejudicar a boa convivência e o relacionamento que desde o início do século habitantes tradicionais da Serra da Bocaina e várias repartições do governo ali localizadas, souberam manter. Era difícil para eles compreender como o mesmo governo que havia propiciado escolas e trabalho poderia retirar todos os investimentos feitos, proibir o cultivo da terra que colonizaram com tanto sacrifício, apreendendo suas ferramentas de trabalho, aplicando multas impagáveis e expulsá-los mediante o pagamento de importâncias insuficientes para seu estabelecimento em qualquer outro lugar. Daí o desencanto, a indignação, as hostilidades”.

Rondon (1.985) relata a morte de um morador em um infeliz incidente envolvendo um funcionário do Parque no ano de 1.979, agravando as dificuldades para a administração da Unidade como um todo, sendo que os efeitos da política oficial culminaram em unir os residentes contra o Parque. Hoje em dia o clima pode ser considerado menos tenso, pois, com a retração da fiscalização nos moldes anteriores, o Parque aparece não apenas para multar e processar, mas para informar e ajudar. Os veículos do Parque transportam equipes médico odontológicas, delegações da Secretaria da Educação, residentes que procuram socorro médico, compras, entre outros. Sob o aspecto da conscientização ecológica e de qualidade de vida, as parcerias entre o Governo e as ONGs ambientalistas que atuam na Serra da Bocaina também constitui um passo positivo para as relações do Parque com as comunidades.

Em geral, os residentes mais conscientizados ecologicamente estão sempre dispostos a colaborar com a administração dos Parques, pois costumam com freqüência, ter problemas com estranhos que depredam o patrimônio natural de suas propriedades, além de resultar em represálias quando tentam impedir ou evitar estas ocorrências, Rondon (1.995).

Na região de Mambucaba, não é possível observar onde termina a área do Parque e onde começa a área urbana, pois não existem limites demarcados. A população que ali vive, entra e sai do Parque sem o menor controle, a maior parte sequer sabe que aquele local é um Parque Nacional. Alguns nem mesmo sabem o que vem a ser um Parque Nacional.

Devido a estes fatos, a caracterização da interação sócio-econômico-cultural entre as comunidades do interior e entorno com o PNSB foi realizada através do Diagnóstico Rápido Participativo em Agroecossistemas (DRPA). A metodologia do DRPA tem sido utilizada constantemente por entidades ligadas a FAO e outras instituições co-promotoras do desenvolvimento em áreas rurais e áreas naturais protegidas por legitimar as informações levantadas nas comunidades

residentes, contribuindo para soluções efetivas e descentralizadas dos problemas que impedem o desenvolvimento das mesmas.

Cada grupo ou comunidade está sujeito a um contexto específico que apresenta problemas e oportunidades próprias. Portanto, a visão e o comportamento que estas pessoas tem hoje com relação ao Parque estão fundamentados nas várias situações a que estão permanentemente sujeitos. Desconsiderar o dinamismo e as especificidades das variáveis sociais, culturais e ambientais destas comunidades pode inviabilizar qualquer atividade futura na região.

As comunidades onde aplicou-se o DRPA através de reuniões comunitárias e entrevistas semi-estruturadas envolvendo a participação de todos os presentes, foram selecionadas de acordo com sua localização estratégica, de maneira a abranger maior diversidade de contextos em relação ao Parque. São elas:

- ⇒ São Roque (Paraty)
- ⇒ Penha (Paraty)
- ⇒ Trindade (Paraty)
- ⇒ Olaria (Barreirinha, São José do Barreiro)
- ⇒ Tomé Antônio (São José do Barreiro)
- ⇒ Mambucaba (Angra dos Reis).

Cabe ressaltar que a metodologia do DRPA posiciona os técnicos envolvidos como interlocutores do processo de levantamento de informações entre os diversos atores sociais envolvidos (moradores, líderes comunitários, etc.), o que atribui aos próprios a legitimidade das percepções, consequências e sugestões levantadas acerca dos diferentes temas abordados durante o desenvolvimento do trabalho.

➤ **Resultados das Reuniões com as Comunidades sobre a Visão que Possuem do PNSB**

● **São Roque**

Antes da criação do Parque, São Roque era uma grande fazenda que se estendia desde a Graúna até o Taquari (Paraty), incluindo boa parte das encostas atualmente pertencentes ao PNSB. A fazenda produzia banana, mandioca, milho, feijão, arroz e café. O transporte da produção era marítimo, em animais ou mesmo a pé.

Após a abertura da BR - 101, que praticamente coincidiu com a criação do Parque, a produção da região foi centralizada na bananicultura. Alguns moradores por não poderem abrir novas áreas para cultivo, venderam ou simplesmente abandonaram suas terras. Outros moradores foram embora devido a um vendaval que ocorreu em 1.985 que arrasou plantações de banana forçando-os a procurar emprego nos centros urbanos.

Em 1.987 havia 5 famílias na comunidade quando o INCRA realizou o assentamento de 50. Na ocasião o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty questionou ao INCRA se a área seria própria para o assentamento rural, principalmente por estar próxima ao Parque e devido a baixa produtividade do solo.

Durante a reunião, a comunidade de São Roque mostrou conhecimento a respeito da proibição do desmatamento de mata nativa, entretanto não entendem porque não podem roçar as capoeiras localizadas na Zona de Transição, e portanto, fora dos limites do Parque. Compreendem que as florestas localizadas nos topos de morros devem ser preservadas, uma vez que

são importantes para a manutenção da qualidade da água que consomem. Mostraram-se também Preocupados com a questão do saneamento e da retirada de seixos e areia dos rios, que em alguns casos é feita pela própria prefeitura.

Encontram-se em situação difícil, pois as áreas já cultivadas não produzem mais e não podem avançar em direção ao Parque como no período anterior à sua criação. Hoje São Roque é um “povoado dormitório” onde a maioria das pessoas trabalha na área urbana, buscando oportunidades nos setores de turismo e de construção civil.

Na visão de alguns moradores a criação do Parque reduziu a produção de alimentos, principalmente a subsistência na área, pela restrição ao uso da terra.

Preocupam-se em garantir a moradia e procuram assistência e orientação para as atividades agrícolas e o manejo adequado do solo.

- **Penha (Paraty-Cunha)**

Nesta comunidade houve duas tentativas de reunião, porém sem êxito. O DRPA foi aplicado com outra estratégia, realizando-se entrevistas semi-estruturadas com moradores da região.

O receio da comunidade em discutir sobre o tema Parque foi evidente, principalmente devido ao histórico da estrada Paraty-Cunha, embargada pelo IBAMA em 1.985, pois, segundo eles, a estrada Paraty-Cunha sempre foi de extrema utilidade para os moradores da região, gerando conflitos de interesses. Alguns responsabilizam o IBAMA e o Parque pelo embargo, outros acreditam que o comércio local pressiona os políticos a evitarem a reabertura da estrada.

A maioria afirmou não ter tido problemas com o IBAMA, apesar de não entenderem porque não podem roçar a capoeira baixa, uma vez que preservam as florestas dos topos de morro. Comentam que o cultivo da banana não está compensando, estando voltados ao plantio da mandioca para produção de farinha.

Apesar da pouca frequência, já ocorreram autuações por desmatamento para o plantio de roças. Os entrevistados reclamam do alto valor da multa e o fato de terem de se deslocar até o Rio de Janeiro para pagá-las em menos de 48 horas, bem como a forma com que são abordados.

A estrada embargada gera insatisfação na maioria da população. Hoje, com seu asfaltamento até o limite do Parque, acreditam que suas oportunidades se expandirão, além de encurtar a viagem em 20 minutos.

- **Trindade**

Trindade era uma comunidade caiçara que vivia da agricultura e da pesca. Plantavam mandioca, banana, café e faziam artesanato (gaiola, pilão, balaio, canoa, pratos de madeira e etc.).

O que mais marcou a vida da comunidade de Trindade, foi a “invasão da Companhia” (Adela-Brascan). A luta travada entre os moradores e a companhia foi violenta, e hoje lembram destes fatos com tristeza: “...só os que passaram por isso sabem como foi doloroso”. As cabanas eram destruídas por contratados pela Companhia, e reconstruídas diariamente pelos caiçaras. Por isso tornaram-

se pessoas muito desconfiadas que conheceram o problema da luta pela terra, estando sempre atentos para qualquer sinal de ameaça.

O turismo começou a partir da construção da BR-101. Os visitantes acampavam próximos as casas ou alugavam quartos. Nesta época existia intercâmbio de alimentos entre os turistas e os moradores. Após a abertura da estrada para o condomínio Laranjeiras, houve um aumento significativo do turismo no local, apesar de o acesso até a vila da Trindade continuar sendo por trilha. Atualmente o turismo é a principal fonte de renda. Entretanto, os moradores preocupam-se com o fato de que trabalham muito na alta temporada para garantir a sobrevivência nas demais épocas do ano. Pretendem estudar alternativas para aumentar o movimento turístico na baixa temporada.

A pesca e o artesanato caíam vêm sendo resgatados através do acervo histórico que possuem. Poucos indivíduos plantam para subsistência ou pescam. Avaliam que a pesca diminuiu, principalmente devido à prática do arrasto, que ocorre por falta de fiscalização.

Consideram o local denominado Cachadaço, dentro da área do Parque, um dos maiores atrativos turísticos de Trindade, sendo igualmente importante para a procriação de peixes e o lugar onde guardam as canoas quando o mar está agitado. Quanto a mata, necessitam dela para extrair a matéria prima dos artefatos de pesca artesanal.

Consideram também que o Parque está abandonado pelo IBAMA, e que a manutenção e a fiscalização são efetuadas pela própria comunidade. Solicitam o direito de autogerenciar suas atividades, principalmente o turismo, pois não concordam com as restrições impostas pelo IBAMA, uma vez que Trindade continua sendo considerada paraíso ecológico graças a dedicação dos moradores locais.

Para a comunidade a criação do Parque em si não afetou suas vidas, porém o turismo desordenado e descontrolado que pode chegar a 50.000 pessoas no verão (1.998), causa problemas sérios como acúmulo de lixo, degradação dos ambientes naturais e intensa coleta de espécies nativas, especialmente orquídeas. Organizam esquemas de mutirão para a retirada do lixo deixado pelos turistas na praia do Cachadaço e na cachoeira (área pertencente ao PNSB).

- **Olaria (Barreirinha)**

Segundo os moradores, antes da criação do Parque muitas famílias moravam no local com grande fartura na lavoura. A produção saía da região com os tropeiros, sendo comercializada em São José do Barreiro e Arapeí. Das matas retiravam candeia para fazer cercas e casas ou então eram vendidas. Estimam que atualmente somente 20% dessas famílias tenham permanecido, persistindo alguns posseiros proprietários de terra.

Os mais velhos não pretendem sair da região, entretanto os mais jovens questionam porque não são feitas as devidas indenizações de benfeitorias e as desapropriações das terras abrangidas pelo Parque.

Acreditam que o Parque é o maior causador do declínio da qualidade de vida que tinham, reclamando que não podem mais plantar. Comentam a existência de pessoas de fora que compram terrenos no interior do Parque "... para virar mato".

Quanto às atividades turísticas acreditam que o trabalho como guia local só seria vantajoso para quem mora próximo a Trilha do Ouro. Segundo eles, passam em torno de 20 pessoas por semana pela trilha e o movimento só não é maior por causa das condições da estrada de acesso ao Parque. Alguns moradores são receosos com relação aos turistas, pois acham que eles os denunciam.

Consideram-se isolados devido às más condições da estrada de acesso e no interior do Parque, principalmente na época das chuvas. Compreendem a importância da floresta para a manutenção da quantidade e qualidade da água, afirmando que em “....beira de rio e nascente não se deve retirar a mata”.

Para as pessoas que permanecem na região as consequências são sérias, pois suas atividades estão baseadas na agricultura de subsistência e na pecuária de leite, sendo bastante conflitantes com os objetivos de criação do Parque. Quando chega a época de plantio (agosto e setembro), a fiscalização é intensa e sentem-se pressionados a abandonar o trabalho. Recordam-se da morte acidental de um agricultor, resultado de um conflito com a fiscalização do Parque.

- **Tomé Antônio**

Nesta reunião as opiniões foram bastante contraditórias. Entre comentários de que o Parque em nada influenciou a comunidade, afirmou-se também que a produção das fazendas era bem maior e que se tinha como escoar a mercadoria. Atualmente o precário estado de conservação da estrada impede a comercialização da produção. A morte acidental de um morador num conflito entre a fiscalização do Parque e as constantes autuações feitas pela Polícia Florestal e pelo IBAMA dificultam as relações entre a comunidade e o Parque.

A grande maioria planta somente para subsistência, pois não compensa vender em outras localidades, principalmente devido a dificuldade de acesso. Comentam que muitos moradores que foram embora pretendem voltar, pois a sobrevivência de um agricultor nos centros urbanos é bastante difícil.

Observam que muitas pessoas de fora vêm adquirindo propriedades na região.

Consideram o Parque importante sem saberem explicar o porquê, entretanto a maior dúvida é com relação a permanência deles no local.

Afirmam que o Parque não modificou suas vidas, apesar de muitos terem ido embora em busca de melhores condições. Comentam que os negócios estavam diminuindo antes mesmo da criação do Parque. O maior entrave para a sobrevivência é a condição da estrada que os impede de escoar a produção e de buscar auxílio médico quando necessário.

- **Mambucaba**

Antes da criação do Parque havia uma pequena comunidade de descendentes de escravos. O acesso na sua maioria era por trilhas, inclusive a trilha do ouro. A comunidade produzia farinha, banana e vendiam cipó-imbé coletado nas matas para a confecção de cestarias e redes de pesca. Quando iam comercializar a produção em Mambucaba Velha, atual Vila histórica de Mambucaba, desciam de canoa pelo rio.

Alguns moradores do interior do Parque localizados no município de São José do Barreiro foram morar em Mambucaba, acreditando que teriam maior liberdade de produção.

São bastante desconfiados em relação aos turistas, não acreditando que venham somente pela beleza e pela aventura da Trilha do Ouro.

Como em outras comunidades, lembram também do incidente com um morador do Parque morto acidentalmente num conflito durante uma intervenção de fiscalização do IBAMA. Hoje a fiscalização é feita, em sua maior parte, pela Polícia Florestal.

Acreditam que na época da criação do Parque teria sido melhor para o IBAMA retirar as pessoas que lá moravam, pois eram poucas. Hoje a população cresceu, tornando cada vez mais esse processo irreversível.

Sentem-se pressionados por grandes empresários que desejam adquirir suas terras. Alguns moradores acabam vendendo por falta de opção, questionando como poderão permanecer sem ter permissão para plantar.

Antes produziam muito e as dificuldades eram com relação ao transporte, hoje, apesar da estrada a produtividade dos solos baixou e não podem abrir novas áreas.

Afirmam que na época da criação do Parque não se retiraram por falta de indenização comentando que somente os grandes proprietários foram pagos pelas suas terras, vivendo uma relação conflituosa com a fiscalização da Polícia Florestal, que os trata como traficantes de palmito.

➤ **Conclusão**

São vários os conflitos que as comunidades apresentaram em relação ao Parque, porém o mais pronunciado deles é a indefinição de seu futuro no local onde vivem.

Em Olaria e Tomé Antônio os atritos eram constantes, principalmente devido a proximidade com a sede do Parque, o que facilitava o trabalho de fiscalização. Atualmente tem-se buscado por parte do IBAMA estabelecer um contato mais próximo de orientação e atendimento às comunidades.

As demais comunidades com exceção de Trindade possuem pouco contato com o Parque, porém não são menos conflitantes: Penha e Mambucaba devido ao extrativismo de palmito, e São Roque porque teve sua população assentada pelo INCRA na Zona de Transição, estando sujeitos a restrições.

Um dos problemas que se destacou foi a aquisição de terras por indivíduos de outras localidades. Esse processo pode vir a dificultar o levantamento da situação fundiária do Parque.

➤ **Sugestões apresentadas pelas comunidades**

No decorrer do DRPA foram levantadas as sugestões das comunidades para a solução conjunta de seus problemas prioritários.

Em São Roque foram citadas algumas alternativas para o uso da terra na comunidade como a agrossilvicultura, plantio orientado de palmito, industrialização da banana (banana passa, doce, etc.), turismo ecológico, piscicultura, criação e comércio de animais silvestres (capivaras, pacas e porcos silvestres).

A comunidade de Trindade sugeriu que sejam feitos projetos de ordenamento do fluxo turístico, (incluindo o controle de veículos), coleta seletiva de lixo e também um trabalho de educação ambiental junto aos turistas. Existem na comunidade iniciativas voltadas para a solução parcial destes problemas, porém necessitam de apoio e parcerias. Dentre elas destacam-se a “Comissão de Esgoto” e a “S. O. S Paraíso”.

Os moradores mais jovens de Olaria acreditam que a indenização seria a melhor saída para se resolver os problemas das comunidades dentro do Parque. Alguns moradores da comunidade sugerem também que nos morros já desmatados fosse permitido o plantio. Solicitam com urgência a construção de uma ponte sobre o rio Mambucaba, próximo à entrada do Parque. Eventualmente ficam “presos” nas cheias, aguardando o rio abaixar. Em uma dessas ocasiões uma mulher deu a luz na estrada, sendo também comum o pernoite na mesma.

Em Tomé Antônio, os moradores foram bastante evasivos nas sugestões, sendo que a grande maioria solicita melhorias nas estradas. Um dos moradores, residente na região há 3 anos, mostrou-se interessado em desenvolver atividade de ecoturismo propondo sugestões como: curso de capacitação para os guardas do Parque, sinalização das trilhas e latas de lixo em locais estratégicos.

Para a comunidade de Mambucaba, é necessária assistência técnica do IBAMA para que possam permanecer dentro do Parque sem causar impactos negativos. Como exemplo citaram o trabalho do IDACO (ONG) junto à comunidade, que incentiva o plantio da Pupunha como alternativa para o extrativismo do palmito juçara. Consideram que deveria haver um controle diferenciado entre os moradores tradicionais e os moradores que adquiriram terras recentemente. Sugerem também que sejam revisados os limites do Parque.

A.5.9.3 RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E LIDERANÇAS ENTREVISTADAS

Foram aplicadas entrevistas baseadas num roteiro do tipo “focused interview”, comumente utilizadas em Diagnósticos Participativos, junto às lideranças das instituições formais e informais, apresentadas na Tabela. O resultado dessas entrevistas encontra-se discutido no item 5.8

Tabela Relação das instituições entrevistadas pelo método “focused interview”.

Instituição	Município	Local PQ - Parque ZA - Zona de Amortecimento
IBAMA	Geral	PQ
IBAMA	S.J.B.	ZA/PQ
IBAMA	Geral	PQ+ZA
IBAMA	Geral	PQ+ZA
IBAMA	S.J.B.	PQ+ZA
MW Trekking	S.J.B.	PQ
MW Trekking	S.J.B.	ZA
Pró Bocaina	Bananal	PQ
Pró Bocaina	Bananal	ZA
Pró Bocaina	Bananal	ZA+PQ
Casa da Agricultura	Bananal	ZA

	Sertão Onça (S.J.B.)	ZA
IBAMA	Serra do Cunha - Paraty	PQ
	Geral	PQ
		PQ
		PQ
		PQ
Casa da Agricultura	Arapeí	ZA/PQ
		ZA/PQ
Eng. Florestal	Barreiro	PQ
Secretaria Agricultura	Areias	ZA/PQ
		ZA/PQ*
		PQ
		ZA/PQ
		ZA/PQ*
		PQ*
PESM	Cunha	PQ
		PQ
Reunião	Cunha	PQ
		ZA
		ZA/PQ
		PQ
		ZA
Casa da Agricultura	Silveiras	ZA
Prefeitura Municipal	Silveiras	PQ*
EMATER	Paraty	ZA
		PQ
IBAMA	Paraty	PQ
		PQ
		PQ/ZA
Assentamento São Roque	Paraty	PQ/ZA
		PQ
		PQ/ZA
		PQ/ZA
		ZA/PQ
Comunidade de Trindade	Paraty	ZA/PQ
		ZA/PQ
		ZA/PQ
		ZA/PQ
		ZA/PQ
		ZA/PQ
		ZA/PQ
		ZA/* Bem próximo ao parque
Comunidade Penha	Paraty	PQ
		ZA/PQ/*
		ZA/PQ
		ZA/PQ
		PQ
		ZA/PQ
		ZA/PQ

		PQ*
Comunidade (Quilombo) Campinho	Paraty	PQ*
		PQ*
		PQ*
		PQ*
		ZA/PQ
EMATER	Paraty	ZA/PQ
		ZA
		PQ
		PQ
		ZA
		ZA/PQ
		ZA/PQ
		PQ
		ZA/PQ
		ZA/PQ*
Casa da Agricultura	Cunha	ZA/PQ*
		ZA/PQ*
		ZA/PQ*
		PQ*
		PQ*
Casa da Agricultura	S.J.B.	ZA/PQ*
		ZA/PQ
		ZA*
		ZA*
		PQ
Secretaria da Agricultura	Bananal	ZA/PQ
Polícia Florestal	S. J. B.	ZA/PQ
		ZA/PQ
		ZA/PQ
		ZA/PQ
		PQ
Prefeitura Municipal	S. J. B.	PQ
Prefeitura Municipal	Areias	PQ

(*) Significa que está bem perto ou na sabe se está dentro do PNSB.

A.5.9.4 QUESTIONÁRIOS APLICADOS IN LOCO POR AMOSTRAGEM INTENCIONAL

Foram aplicados 22 questionários com moradores do PNSB, sendo 18 residentes dentro dos limites do município de São José do Barreiro e 4 dentro dos limites municipais de Paraty. A discussão dos resultados desses questionários foi desenvolvida item 5.8.